

# WikiLeaks

## ainda tropeça no jornalismo



O site WikiLeaks, criado pelo jornalista australiano Julian Assange, provocou um forte agendamento na mídia mundial a partir da segunda metade de 2010, após publicar, entre outros, materiais secretos do governo norte-americano referentes a questões políticas e crimes de guerra. Movimento informativo digital ou repositório de documentos, o WikiLeaks (WL) se apresenta como uma organização transnacional sem fins lucrativos. Sua atuação, muitas vezes baseada na divulgação de informações obtidas de fontes anônimas, suscita questionamentos sobre o seu eventual significado jornalístico.

Existente desde 2006, o WL ganhou destaque na segunda metade do ano passado, após publicar documentos secretos tratando de guerras, transparência governamental e corporativa, diplomacia, espionagem, ecologia, corrupção, finanças, abusos e violação. Como, por exemplo, uma lista completa do equipamento militar americano no Iraque; um relatório da CIA sobre fortalecimento

do apoio à Guerra do Afeganistão; o Manual das Forças Especiais Americanas sobre como apoiar governos impopulares com paramilitares. Esses conteúdos trouxeram embaraços especialmente à diplomacia dos Estados Unidos. O WikiLeaks publica, a partir de fontes anônimas, documentos, fotos e informações confidenciais, vazadas de governos ou empresas.

Em carta enviada ao jornal The Australian, em dezembro de 2010 (traduzida e publicada no blog Luis Nassif Online <http://www.advivo.com.br/luisnassif>, no dia 7/12), Assange afirmou que o WikiLeaks cunhou um novo tipo de jornalismo: o jornalismo científico. "Trabalhamos com outros suportes de mídia para trazer as notícias às pessoas, mas também para provar que essas notícias são verdadeiras", declarou.

O WikiLeaks é candidato ao prêmio Nobel da Paz de 2011 - indicado pelo parlamentar norueguês SnorreValen "devido à sua luta pela liberdade de imprensa" -, contudo, sua forma de atu-

ação provoca indagações acerca do objeto e propósitos do jornalismo.

Para o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e coordenador-executivo do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Celso Schröder, o WikiLeaks é importante especialmente porque evidencia a necessidade da informação ser pública. Contudo, não é jornalismo, afirma, mas uma fonte secundária, da qual não se sabe os interesses. "Tendo acesso privilegiado a determinada informação, o WikiLeaks a repassa de maneira questionável, do ponto de vista da democracia, ao privilegiar cinco veículos no mundo [a revista alemã Der Spiegel, o jornal francês Le Monde, o diário britânico The Guardian, o jornal norte-americano The New York Times, e o espanhol El País]", aponta. Schröder, que também é professor de jornalismo na PUCRS, salienta que a organização não faz o papel do jornalista, pois não seleciona, não hierarquiza as informações, apenas declara que omitiu algumas. "Com base em quais critérios,

não se sabe", diz.

Já para Marcos Rolim, jornalista, ex-deputado federal, professor de Direitos Humanos no Centro Universitário Metodista de Porto Alegre, o WikiLeaks é puro jornalismo. "Muito mais do que aquele que se pratica em países como o Brasil, onde ainda hoje são comuns distorções como o "jornalismo declarativo", a ausência de investigações independentes como fonte das matérias e a censura interna nas redações por motivos políticos ou econômicos", analisa.

## Arqueólogos da pós-modernidade

Ao mesmo tempo em que inaugura um novo tempo - de divulgação de informações que seriam difíceis de serem acessadas ou divulgadas, tornando-se importante acervo documental para pesquisa - o WikiLeaks necessita da imprensa tradicional para que o conteúdo exposto tenha credibilidade, avalia o professor Juliano Maurício de Carvalho, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Televisão Digital da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp).

O espaço ocupado hoje pelo WikiLeaks, na opinião de Carvalho, se deve ao fato de a imprensa no mundo todo ter se transformado no local de repercussão dos *releases* das assessorias de governo. O WL chama a atenção da sociedade, de que é preciso voltar a um jornalismo que investigue mais. "Eles encontram 'tesouros'. São os arqueólogos da pós-modernidade. Quando essas descobertas vêm a público, elas podem mudar a maneira como a humanidade lida com determinado assunto", aponta. Contudo, ressalta o professor, é muito importante entender quais são os interesses de pessoas e das organizações, e de que expediente usam para disponibilizar tais documentos. "Especialmente, porque o jornalismo se apropria disso [do conteúdo], após a divulgação pelo WikiLeaks, sem questionar muito as condições sob as quais os materiais foram acessados", analisa.

O jornalista Luis Nassif, analista da mídia, pioneiro do jornalismo eletrônico no país, considera que a organização não faz jornalismo, porém fornece matéria

prima para o exercício jornalístico. "Divulga documentos sigilosos, mas o fato de serem secretos não significa que as informações sejam verdadeiras", diz. Muitos desses documentos, argumenta Nassif, revelam a impressão superficial de diplomatas sobre fatos, a partir de conversas com fontes diversas. Isso justifica a necessidade de filtros. "O trabalho jornalístico consiste em saber contextualizar. Cabe ao jornalista complementar, ter discernimento para trabalhar com essa montanha de informações", afirma.

A transparência propiciada pelas tecnologias de comunicação, contudo, não deverá privar de resguardo as questões caras ao Estado. Os negócios de Estado são públicos e devem ser tratados com total transparência, defende Rolim. Mas ele esclarece que há um tipo particular de informação reservada e outro tipo que é secreta. "Informações reservadas são aquelas que não podem se tornar públicas, sob pena da própria divulgação inviabilizar a intervenção do Estado. Informações secretas envolvem riscos maiores, por exemplo, à segurança nacional", avalia. Em ambos os casos, diz, o Estado deve tomar as medidas necessárias para evitar o vazamento.

Para Nassif, a publicização "forçada" pela rede mundial de computadores é um movimento irreversível e cada vez mais tirará espaço da hipocrisia política. "Não uso hipocrisia como juízo de valor, mas como característica inerente ao jogo político. Esse espaço será cada vez mais reduzido, obrigando a uma transparência cada vez maior nas relações econômicas, políticas e sociais", prevê.

Mirna Tonus, professora de jornalismo a Universidade Federal de Uberlândia, destaca que a forma de atuar do WikiLeaks, ao mesmo tempo em que é relevante para a informação, implica questões éticas. "O limite da privacidade, historicamente, principalmente na área política, tem se tornado muito tênue", afirma a professora. Para ela, se um documento é publicado no WikiLeaks e não é apurado, então não está ocorrendo o trabalho jornalístico.

Entretanto, ela observa que as pesquisas e descobertas do WL trazem um alerta para a mídia tradicional: "Os jornalistas ficam sentados na redação esperando telefonemas. Os veículos precisam

acordar para isto".

O WikiLeaks, segundo Rolim, pode representar o sinal mais contundente de profundas mudanças, nas próximas décadas, envolvendo os meios de comunicação. Entre outros fenômenos, diz ele, parece evidente que as novas tecnologias empoderam cada vez mais os indivíduos, assegurando-lhes possibilidades inéditas de protagonismo político e furando o bloqueio das redes tradicionais de comunicação que sempre tiveram a pretensão do monopólio da divulgação jornalística. "Este sonho totalitário acabou", diz.

Todo o alarde e agendamento midiático registrado em 2010 resulta de uma exploração "estratégica, talvez também oportunista", da potencial ausência de controle das redes de informação, acredita o presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ), Sérgio Luiz Gadini. A partir do início da década de 1990, relata, a agilidade das tecnologias de redes informativas alterou uma estimativa de concentração [da mídia] que até o início da última década parecia difícil de questionar. O WikiLeaks, avalia, representa o resultado desse não controle das redes que ganhou força.

O problema central do WikiLeaks, considera o presidente do FNPJ, reside na ausência de regras jurídicas e de políticas públicas de informação capazes de reconhecer um dilema crescente que a informação em rede projeta: "Os limites do acesso, por um lado (no Brasil, por exemplo, ainda é abusivo o custo de acesso às redes), e orientações políticas para construir um programa capaz de indicar até onde se pode ir na apreensão, busca ou interceptação de uma informação que, em certos casos, não teria qualquer justificativa e interesse público para ser divulgada".

Se sobreviver à reação das grandes potências afetadas com os vazamentos de suas informações secretas e consolidar sua credibilidade - o que não se constrói só com bons documentos -, o WikiLeaks poderá vir a ser uma grande enciclopédia de transparência pública na rede, afirma Juliano Carvalho. Mas só fará jornalismo, destaca o professor, se tiver o trabalho de contextualizar, à luz da crítica, a avalanche de informações "transparentes", sem nexos e interesses claros que publica.